

Diálogos Regionais El Niño - Santarém

- Evento: Diálogos Regionais sobre o El Niño 2026/2027
 - Data e horário: 03 de setembro, quinta-feira, das 14h às 18h;
 - Local: Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) - Juazeiro/BA
 - Objetivo: promover a escuta territorial e fortalecer o controle social das ações governamentais, integrando representações do governo federal e da sociedade civil na preparação e mitigação dos impactos climáticos decorrentes do fenômeno El Niño previsto para o período 2026/2027, e das mudanças climáticas.
 - Público atingido: 153 participantes
 - Entes do governo federal participantes: SG/PR, MDS, MDA, MDR, MS, MIR, MMA, Cemaden/MCTI, Univasf, IBAMA, INCRA.
-

O encontro dos Diálogos Regionais sobre o El Niño 2026/2027 em Juazeiro (BA), realizado em 3 de setembro, reuniu 153 participantes, entre representantes do Governo Federal, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa e órgãos públicos estaduais e federais. Realizado na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), o evento teve como objetivo apresentar as ações do Governo Federal para o enfrentamento dos impactos do El Niño no Semiárido e promover a escuta das necessidades das populações da região. A programação contou com uma mesa de abertura, apresentação técnica do Cemaden sobre os cenários climáticos previstos, exposição das ações dos ministérios e, na sequência, uma dinâmica de trabalho em grupos. Os participantes discutiram os principais problemas enfrentados nos territórios e possíveis soluções, que foram posteriormente apresentadas e debatidas em plenária com os representantes do Governo Federal.

Governo apresenta ações de proteção social, agricultura familiar e preparação para os impactos climáticos

Durante o encontro, o Governo Federal apresentou medidas em diferentes áreas relacionadas à preparação e resposta aos efeitos do El Niño. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) destacou a atuação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e das Cozinhas Solidárias. Em situações emergenciais, o Ministério explicou que a distribuição de alimentos pode ser acionada por meio da Defesa Civil, mediante solicitação fundamentada dos estados, especialmente diante do caráter prolongado da seca.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) reforçou a importância do diálogo permanente com movimentos sociais e dos colegiados territoriais para o encaminhamento de demandas estruturais. Também informou sobre a normalização dos parâmetros para a compra de carne de caprinos e ovinos pelo PAA, destacando a necessidade de estruturação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM) para viabilizar a comercialização.

Na área da saúde, o Ministério da Saúde apresentou o Plano de Preparação e Resposta para o El Niño 2026-2027 e informou sobre a articulação com estados e municípios para a elaboração de planos locais. O Ministério da Igualdade Racial destacou ações para incorporar a perspectiva do racismo ambiental aos planos de redução de riscos e adaptação climática, com atenção especial às populações periféricas e quilombolas.

O Ibama apresentou a atuação das brigadas de incêndio em áreas federais e a possibilidade de apoiar a formação de brigadas comunitárias por meio de capacitação e, em alguns casos, equipamentos. Já o Incra destacou os avanços na titulação de territórios quilombolas e de comunidades de fundo e fecho de pasto e reconheceu a existência de demanda reprimida, indicando a continuidade dos esforços de regularização fundiária.

Sociedade civil aponta impactos da seca e cobra políticas estruturantes para o Semiárido

As discussões realizadas pelos grupos evidenciaram a percepção de que os efeitos do El Niño se somam a vulnerabilidades já enfrentadas pelas comunidades do Semiárido. Entre os principais problemas identificados estiveram o avanço da aridez e o risco de desertificação em algumas áreas, períodos de baixa precipitação insuficientes para garantir a produção e a criação de animais, além do aumento da frequência e da intensidade dos incêndios na Caatinga.

A segurança alimentar e a agricultura familiar apareceram entre as principais preocupações. Os participantes relataram riscos de perda de safras, redução dos rebanhos e impactos sobre a agricultura de sequeiro e a criação de caprinos e ovinos, atividades fundamentais para a economia das comunidades. Também foi destacada a dificuldade enfrentada pelos agricultores durante os períodos de seca, quando a redução da produção pode levar à venda dos animais por preços baixos a intermediários.

A questão da água também ocupou lugar central nas discussões. Os participantes apontaram a insuficiência de cisternas e sistemas de captação e armazenamento de água da chuva, além de reivindicarem a retomada e conclusão de obras de infraestrutura hídrica. Entre as propostas apresentadas estiveram a ampliação das

tecnologias sociais de convivência com o Semiárido, incluindo cisternas comunitárias voltadas também ao manejo da agrobiodiversidade e à produção de sementes crioulas. Os grupos também chamaram atenção para os impactos sobre a saúde, incluindo o aumento de doenças transmitidas por vetores, problemas respiratórios provocados pela poeira e riscos relacionados à contaminação da água por metais pesados, especialmente em períodos de vazante dos rios. A fragilidade da Defesa Civil e a necessidade de ampliar sua capacidade de resposta também foram apontadas como desafios para o enfrentamento de situações de emergência. Outro ponto destacado foi a existência de barreiras burocráticas para o acesso às políticas públicas. Os participantes relataram dificuldades relacionadas à exigência de CNPJ, à complexidade dos editais e a critérios considerados excludentes para o acesso a benefícios e ações emergenciais. A simplificação e universalização do acesso às políticas foram apresentadas como condições necessárias para que as medidas de enfrentamento cheguem às populações mais vulneráveis. Entre as propostas emergenciais, os participantes defenderam a ampliação do PAA para a compra da produção da agricultura familiar, a distribuição de cestas básicas sem critérios que excluam famílias vulneráveis, a continuidade da Operação Carro-Pipa e a criação de mecanismos de apoio à alimentação dos rebanhos. Também foi sugerida a formação e estruturação de brigadas de incêndio comunitárias e municipais, com capacitação e equipamentos.

No campo das políticas estruturantes, as contribuições destacaram o recaatingamento, associado à proteção e regularização dos territórios de comunidades tradicionais; a ampliação das tecnologias sociais de convivência com o Semiárido; o fortalecimento do crédito e da assistência técnica para a agricultura familiar; e a inclusão das comunidades de fundo e fecho de pasto nas políticas de apoio do Incra. Também foi proposta a realização de pesquisas participativas sobre convivência com o Semiárido e a criação de um espaço permanente de diálogo entre governo, sociedade e territórios.

Diálogo territorial contínuo é apontado como parte da resposta aos eventos climáticos

As discussões em Juazeiro reforçaram que o enfrentamento dos impactos do El Niño no Semiárido exige uma combinação entre medidas emergenciais e políticas permanentes de convivência com as condições climáticas da região. As contribuições apresentadas pelos participantes relacionaram segurança hídrica, agricultura familiar, segurança alimentar, proteção da Caatinga, regularização fundiária, saúde e fortalecimento da capacidade local de resposta.

A necessidade de manter o diálogo para além do evento também foi destacada pelos participantes. A proposta de levar a discussão para os territórios e periferias urbanas, fortalecer os canais de comunicação com os movimentos sociais e garantir acompanhamento das demandas foi incorporada aos encaminhamentos do encontro. Ao final, foi criado um grupo de comunicação para compartilhamento de informações, relatórios e devolutivas, enquanto os ministérios se colocaram à disposição para manter o diálogo direto com os movimentos sociais.

Um aspecto adicional levantado durante a plenária foi a necessidade de incorporar de forma mais explícita a perspectiva de gênero nas políticas de preparação e resposta aos eventos climáticos. As participantes chamaram atenção para os impactos específicos enfrentados pelas mulheres, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade e chefes de família, indicando a importância de considerar essa dimensão nas políticas futuras.